

**DECLARAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE
IMPEDIMENTO - CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO POR
ENCARGO DE CONFIANÇA**

Nome social (a ser preenchido pelo(a) declarante que se identifica como trans, travesti ou transexual, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ n° 270/2018):

Nome civil: _____

Documento de Identidade (RG) n°: _____

Órgão expedidor: _____

CPF: _____ Matrícula: _____

Telefone(s) de contato com DDD: _____

E-mail: _____

Visando a **nomeação para cargo em comissão** ou a **designação para função por encargo de confiança** no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás e, considerando o disposto no art. 199 da Lei n° 20.756/2020, no art. 88 da Lei n° 21.268/2022 e na Resolução CNJ n° 156/2012, alterada em parte pelas Resoluções CNJ n° 173/2013 e n° 186/2014, **DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), o seguinte:

1) Ter formação em nível superior: **Sim** **Não**

Em caso positivo, indicar o curso* e responder o item "1.1": _____

(*Comprovar, documentalmente, caso ainda não tenha sido requerida a averbação do respectivo diploma perante a Diretoria de Recursos Humanos do TJGO)

1.1) A formação em nível superior indicada acima é compatível com as atribuições do cargo em comissão ou da função por encargo de confiança que pretendo exercer:

Sim **não**

2) Ter sofrido penalidade por transgressão disciplinar e não houve, ainda, o transcurso dos prazos previstos no art. 199 da Lei n° 20.756/2020 (preencher apenas quando se tratar de nomeação para cargo em comissão):

Sim **Não**

3) Ter sido condenado(a) em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

3.1) Atos de improbidade administrativa: **Sim** **Não**

3.2) Crime contra a administração pública: **Sim** **Não**

3.3) Crime contra a incolumidade pública: **Sim** **Não**

3.4) Crime contra a fé pública: **Sim** **Não**

**DECLARAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE
IMPEDIMENTO - CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO POR
ENCARGO DE CONFIANÇA**

3.5) Crimes hediondos: Sim Não

3.6) Crimes praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando:

Sim Não

3.7) Crimes de redução de pessoa à condição análoga à de escravo:

Sim Não

3.8) Crimes eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade:

Sim Não

3.9) Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores:

Sim Não

4) Ter praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público:

Sim Não

5) Ter sido excluído(a) do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente: Sim Não

6) Ter tido contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente: Sim Não

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta os seus efeitos legais.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) declarante*

*** O (A) declarante deve apor a sua assinatura em todas as vias desta declaração.**